

TEORIA E A ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: A AMÉRICA LATINA E O MUNDO

Pedro Paulo A. Funari*

RESUMO

O artigo trata, de início, das questões epistemológicas relativas à disciplina. As discussões recentes sobre a definição e temas da Arqueologia Histórica são colocadas em contexto. Em seguida, discutem-se as principais contribuições da Arqueologia Histórica na América Latina, no contexto regional e mundial.

RESUMEN

Este artículo analiza en primer lugar cuestiones epistemológicas relacionadas a la asignatura. Discusiones recientes sobre la definición y problemáticas de la Arqueología Histórica son interpretadas dentro de sus contexto. Posteriormente, las principales contribuciones de la Arqueología Histórica en Latinoamérica son repasadas tanto a escala regional como mundial.

A ARQUEOLOGIA NA HISTÓRIA: PROBLEMAS DE DEFINIÇÃO E TEMÁTICA

O que é, hoje em dia, comumente definido como arqueologia histórica, enquanto estudo dos vestígios materiais de sociedades com registros escritos, possui um longo *pedigree* dentro da disciplina arqueologia. Uma preocupação com as origens e com a história da “civilização” europeia levou à existência de uma forte tradição de pesquisas arqueológicas focadas na “Terra Santa”, nos mundos grego e romano, na Europa medieval e na ascensão da cristandade. No entanto, o conceito de arqueologia histórica não está fundamentalmente associado nem com esses períodos nem com essas regiões. De fato, o termo originou-se no “Novo Mundo”, particularmente na América do Norte, e ali surgiu, há cerca de 30 anos, um campo de estudo específico com esse nome, definido enquanto história escrita.

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Núcleo de Estudos Estratégicos, Brasil, pesquisador associado, Universidade Estadual de Illinois e Universidade de Barcelona, ex-secretário geral do Congresso Mundial de Arqueologia.

O resultado, teoricamente, deveria ser uma distinção flexível entre dois campos de estudo: um sendo o passado pré-colonial pré-letrado, nas mãos dos pré-historiadores, e o outro focando as sociedades letradas desde os babilônicos, e que seria o campo dos arqueólogos históricos. Mas, na prática, o termo arqueologia histórica foi quase que totalmente aplicado ao “Novo Mundo” e, em razão disso, formou-se uma dicotomia fixa e dura, uma disjunção completa entre períodos da história humana. Por outro lado, arqueólogos trabalhando na Europa, China e em partes da África não estabeleceram fronteiras tão precisas, e o estudo de períodos históricos foi batizado de acordo com as “civilizações” ou períodos históricos. Por exemplo, as arqueologias clássica e medieval na Europa, ou a arqueologia islâmica em diversos países do Oriente Médio e da África. De fato, arqueólogos treinados na Europa usualmente têm preferido visualizar a distinção entre pré-história e história como uma gradação. Desse modo, enquanto na Europa o desenvolvimento das letras e a emergência da história escrita ainda são vistos em termos evolucionistas, saindo das sociedades iletradas para as letradas, do simples para o complexo, na América do Norte, na Austrália e na África do Sul, por exemplo, têm havido pouca inclinação para a separação, em algum sentido mais preciso, da história e da pré-história.

A arqueologia histórica ainda é majoritariamente entendida, em termos gerais, como o estudo das sociedades com registros escritos, mas nas últimas duas ou três décadas, suas características distintivas foram alvo de muito debate, com o objetivo de afastar o papel suplementar, de “história subordinada” que possuía, como também com a intenção de elevar-se o patamar profissional do campo e de seus proponentes. A ênfase deslocou-se do uso da evidência arqueológica para, meramente, preencher os buracos do conhecimento histórico, e, no seu lugar, arqueólogos históricos têm proposto o estudo dos modos de vida e dos processos sociais do passado. Mais recentemente, dando prosseguimento a essa linha de pensamento, a partir da preocupação com a análise dos processos sociais e culturais do passado, arqueólogos históricos têm focado na expansão européia e no colonialismo, nos mecanismos relacionados de dominação e de resistência, e nas formas econômicas e políticas daí geradas, particularmente o avanço do capitalismo. Tais estudos são de orientação universalista e propõem caracterizar a arqueologia histórica como o estudo de um sistema de mundo coerente, de um tipo ou de outro, caracterizado por possuir, por todo o globo, formas semelhantes de organização econômica e política (Funari, Jones e Hall 1999).

A história das sociedades européias (“nosso” tipo de sociedade), contrapondo-se às sociedades dos outros (o tipo de sociedade “deles”), foi sempre realçada por uma ênfase na história *escrita*. A distinção entre sociedades com escrita e aquelas sem escrita exerceu um papel importante nas ciências humanas, e se agregava a outras dicotomias como: mito | história, barbárie | civilização, primitivo | avançado. Essas dicotomias enquadraram nossa compreensão da evolução social e da história da hu-

manidade desde, ao menos, o século XVIII, e seu poder é tamanho que elas continuaram a dominar as tradições a-histórica, funcionalista e estruturalista do início até a metade do século XX.

A imposição de tais categorias binárias em um enquadramento histórico está intrinsecamente relacionada à construção do poder e da identidade, e procurar caracterizar a arqueologia histórica enquanto um campo de estudo distinto exemplifica esse processo. Por um lado, não se trata de uma coincidência que na Europa, onde a maioria dos estados-nação busca a origem de sua história em um passado distante, muitas vezes na própria pré-história, houve pouca inclinação para a construção de uma fronteira precisa entre a pré-história e a história. Tal disjunção apenas separaria as sociedades européias modernas das (pré) histórias que elas pretendem serem suas. Além disso, a ênfase do Velho Mundo na escrita e a sucessão de “grandes” civilizações (Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma, Europa Medieval, Europa Moderna) revela uma abordagem teleológica do passado, onde a história parece convergir naturalmente para a Europa. Por outro lado, não é por acaso que grupos dominantes em países como os Estados Unidos estabeleceram uma distinção entre a arqueologia histórica, que aborda aspectos de sua própria história (mesmo que alguns deles, como a escravidão, não sejam tão palatáveis), e a pré-história colonial, que é compreendida por muitos como “morta” e não relacionada com o presente.

Entretanto, para grupos minoritários e indígenas dos Estados Unidos e em vários outros países na África, nas Américas e na Oceania, tal abordagem é usada para separá-los de suas histórias pré-coloniais e ignora conjuntos de significados que são importantes para suas próprias auto-expressões culturais.

Abordagens recentes, focando em processos sociais como o colonialismo e o avanço de uma economia mundial capitalista, servem para incorporar sociedades não européias enquanto agentes ativos da história. No entanto, por mais inovadores que estes estudos sejam, eles ainda resultam em uma representação de face única, uma história que não é, *igualmente*, compartilhada por sociedades européias e não européias.

O uso de dicotomias etnocêntricas, como não letrado | letrado, mito | história, primitivo | avançado, na estruturação da análise histórica retarda a produção de histórias alternativas. Enquanto a arqueologia histórica raras vezes trata especificamente da invenção ou da introdução das letras, definições amplas deste campo de estudo contam, implicitamente, com uma distinção entre sociedades letradas e não letradas. Vale ainda a pena lembrar que a documentação escrita e o seu uso em sociedade possui formas diversas, e que, historicamente, o uso das letras foi limitado a certos setores da sociedade, mormente elites ou grupos especializados. Poucos arqueólogos históricos não concordariam com estes pontos, mas mesmo assim a literatura continua a ser dominada por definições que pretendem identificar uma fronteira absoluta entre história e pré-história. Além disso, estudos que transcendem

a fronteira pré-colonial/colonial acabam sendo minados em razão de expectativas implícitas relacionadas ao tema e a distinções metodológicas e teóricas entre arqueologia pré-histórica e histórica.

A rigidez da fronteira é de tal monta que, em países como a Austrália e os Estados Unidos, mesmo sítios históricos “indígenas” e “coloniais” que são, de maneira demonstrável pelas evidências, contemporâneos e geograficamente associados, podem ser isolados artificialmente. Os sítios indígenas são usualmente estudados pelos pré-historiadores (e portanto implicitamente tidos como parte da pré-história), e os sítios coloniais pelos arqueólogos históricos que usam técnicas distintas, escalas de análise temporais e geográficas diferentes, e enquadramentos explicativos distintos. De maneira típica, os sítios indígenas têm sido tratados como fazendo parte da longa duração e analisados com relação a modelos ecológicos e neo-evolucionistas, enquanto os sítios “europeus” são enquadrados enquanto eventos históricos recentes, eventos de ação individual e são analisados a partir de relações sócio-políticas.

Pode-se argumentar que trabalhos mais recentes no campo da arqueologia histórica, que focam na história do capitalismo e em suas expressões industriais, escapam, ao menos, de alguns dos problemas analíticos que estão associados com a distinção tipológica entre sociedades letrada e não letrada. De fato, este tipo de trabalho produziu um enquadramento teórico muito forte que é usado na análise de várias sociedades pós conquista europeia, dando-se ênfase na operação de processos globais, como o colonialismo, commoditização, ideologia e poder, em contextos locais específicos. Importantes estudos de caso foram realizados e demonstraram o poder deste tipo de abordagem, particularmente a sua habilidade em facilitar a comparação entre culturas, e de se trabalhar com as vidas tanto dos colonizadores como dos colonizados. Entretanto, a opção por tal ênfase na definição da arqueologia histórica ainda levanta problemas.

Diversos conceitos associados ao avanço do capitalismo, como colonialismo, dominação e resistência, e commoditização do mundo material, representam exemplos particulares de processos sociais que podem ser observados em períodos históricos anteriores. Colonialismo, expansão militar e imperialismo são termos aplicáveis aos incas da América do Sul, e às cidades-estado da Mesopotâmia, contextos históricos e sociais que compartilham, ao menos, de algumas das características da expansão europeia moderna. Dominação e resistência, apesar de manifestadas de maneiras distintas em contextos históricos e geográficos diferentes, caracterizam todas as sociedades onde se produz e se apropria o trabalho excedente. Além disso, também se pode argumentar que os processos de commoditização ocorreram em diversos contextos históricos. Mesmo que se aceitasse que o advento do capitalismo moderno marcou uma quebra qualitativa em relação a todas as formas de civilização que existiram antes dele, e que antes de sua emergência a dominação política era mais importante do que a dominação econômica, isto não faria com que o colonialismo

européu se destacasse de maneira absoluta. A singularização da experiência colonial européia como sendo totalmente distinta das expansões e dominações anteriores, mina a útil comparação entre diversos processos de exploração colonial. Na mesma medida, a civilização “capitalista”, exportada pelos europeus, não foi capaz de reduzir todas as relações sociais, em todas as partes do mundo, a relações econômicas. Processos de commoditização podem ser observados no mundo romano, na mesma medida que relações não capitalistas são evidentes no mundo moderno. Consequentemente, a asserção de uma dicotomia radical entre a arqueologia do capitalismo e a do pré-capitalismo divide a história com linhas artificiais, e produz uma compreensão simplista, tanto das sociedades pré-modernas quanto das modernas, como sendo ambas entidades relativamente homogêneas (Funari, Zarankin, Stovel 2005).

Por fim, a priorização do capitalismo como foco de estudo coloca sua emergência, avanço e eventual dominação como sendo um processo inevitável, ficando além da consciência ou controle dos atores sociais, particularmente dos grupos subordinados. A suposta “inexorabilidade” do capitalismo e o seu poder em governar as mentes das pessoas, criando uma sociedade disciplinar, é um conceito que pode levar à subavaliação da resistência e da heterogeneidade, “achatando” sociedades passadas ao retratá-las enquanto uma cultura uniforme. Racionalidade instrumental não deveria ser interpretada como o único caminho, livre de contrapontos, de se pensar no capitalismo.

OS AVANÇOS DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA NA AMÉRICA LATINA

Nas três áreas, enfatizamos as contribuições originais da América Latina, em razão de seus contextos político e social únicos. A singularidade do contexto latino-americano permite aos arqueólogos perceberem que os modelos forjados para outros contextos nem sempre são os mais apropriados para a compreensão de contextos periféricos, e, de fato, as características não capitalistas da América Latina são úteis para o entendimento de outras áreas não hegemônicas do mundo.

A América influenciou a América Latina por meio de correntes teóricas anglo-saxãs, mas modelos interpretativos europeus, baseados na filologia e na história, também influenciaram a América Latina. Tanto é assim que a tricotomia história cultural, processual e pós-processual, tão importantes nos Estados Unidos, não é usada na maior parte da Europa continental e, dessa maneira, não é relevante em grandes áreas de tradições arqueológicas na América Latina. Provavelmente, o melhor exemplo vem da arqueologia francesa, de grande influência em diversos países latino-americanos, particularmente por meio de sua abordagem histórica da pré-história. A América Latina, felizmente, não se encontra inteiramente sob a influência norte-americana, e a importância dada, na América Latina, aos enquadramentos interpretativos não

deve ser subvalorizada. É nesse contexto geral que podemos entender o sucesso da arqueologia histórica e a originalidade do pensamento teórico na América Latina, que resultou na publicação do *Global Archaeological Theory*, editado por Pedro Paulo Funari, Andrés Zarankin e Emily Stovel (Nova Iorque, Kluwer, 2005).

A arqueologia histórica latino-americana teve, nos últimos 15 anos, um impacto singular na formulação de uma definição mundial da disciplina. O agora clássico *A historical archaeology of the modern world*, de Charles Orser (Nova Iorque, Plenum/Kluwer, 1997), pela primeira vez na história da disciplina dá tanta atenção a América Latina quanto aos Estados Unidos e a Europa. A disciplina, que antes se preocupava com uma definição restrita dos “sítios pós-pré-históricos do Novo Mundo”, ampliou seu escopo de maneira a incluir, em uma perspectiva mais ampla, a arqueologia de todas as sociedades históricas (conforme proposto por Anders Andrén, *Between artifacts and texts: historical archaeology in global perspective*, Nova Iorque, Plenum/Kluwer, 1997). Um latino-americano (Pedro Paulo A. Funari) e um sul-africano (Martin Hall), que dividiu com o arqueólogo britânico Siân Jones a condução de uma sessão da WAC3 sobre arqueologia histórica, ampliaram o panorama. Desse modo, desde o começo dos anos de 1990, estudiosos fora do eixo Europa/EUA começaram a modelar a disciplina, e o sucesso dessa abordagem resultou, primeiramente, na pioneira publicação *Historical Archaeology. Back from the edge* (Londres e Nova Iorque, Routledge, 1999, One World Archaeology series), com resenhas publicadas em diversos periódicos desde então. Em 1994 e 1995, *Historical Archaeology in South America*, editado por Stanley South nos Estados Unidos, publicou 15 volumes distribuídos nos Estados Unidos e na América Latina, contribuindo para uma disseminação precoce de idéias e de interpretações de jovens estudiosos como María Ximena Senatore e Andrés Zarankin, para citar dois dos mais freqüentemente citados na literatura internacional. Como resultado do papel central desempenhado pela América Latina na arqueologia histórica, a prestigiada *Encyclopaedia of Historical Archaeology* (Londres e Nova Iorque, Routledge, 2002), editada por Charles Orser Jr., manteve sete editores consultores, seis da Europa, dos Estados Unidos e Austrália e um da América Latina (Funari), e diversos verbetes foram escritos por arqueólogos latino-americanos (Pedro Funari, Francisco Silva Noelli, Ana Piñon, Gilson Rambelli, María Ximena Senatore, Andrés Zarankin). Uma outra prestigiada *Encyclopaedia of Archaeology* (Santa Barbara, ABC Clio, 2002), editada por Tim Murray, também contou com contribuições da América Latina (Roberto Cobeán, Alba Mastache Flores, Pedro Funari, Marion Popenhoe de Hatch, Leonor Herrera, José Luiz Lanata, Matilde Ivic de Monterroso, A. Lautaro Nuñez). Charles Orser Jr., em sua *Introducción a la Arqueología Histórica*, publicada em Buenos Aires em 2000, convida os leitores a fazerem uso de livros publicados por diversos arqueólogos históricos latino-americanos. Em 1997, o primeiro periódico objetivando alcançar uma audiência mundial foi lançado pela Plenum, o *The International Journal of Historical Archaeology*, agora estabelecido como a publica-

ção trimestral padrão sobre arqueologia histórica, e cuja equipe editorial incluía dois latino-americanos (Pedro Funari e Daniel Schávelzon). Diversos artigos de autores da América Latina foram publicados desde então. O escopo desse periódico incluía, pela primeira vez, como fora proposto pelos latino-americanos, o estudo de sociedades históricas no geral.

A arqueologia histórica do Mediterrâneo também produziu livros e uma gama de artigos acadêmicos de latino-americanos, publicados em inglês, francês, italiano e espanhol, na Europa e nos Estados Unidos, e que são frequentemente citados por seus colegas não latino-americanos. Em periódicos líderes e inovadores, como o *Public Archaeology*, *Journal of European Archaeology*, *Journal of Social Archaeology*, *World Archaeological Bulletin*, *World Archaeology*, diversos artigos escritos por latino-americanos atestam a presença de autores da América Latina no cenário mundial. *Current Anthropology* também convidou e publicou comentários de arqueólogos latino-americanos sobre artigos escritos por proeminentes autores europeus e norte-americanos, mais uma vez atestando a crescente relevância das idéias e das posições teóricas latino-americanas sobre arqueologia mundial. A arqueologia latino-americana, de maneira geral, e a arqueologia histórica, em particular, possuem, portanto, uma presença mais abrangente hoje em dia do que no passado, e as características da arqueologia histórica têm sido decisivamente alteradas nos últimos anos graças aos arqueólogos latino-americanos e à sua cooperação com proeminentes arqueólogos históricos da Europa e dos Estados Unidos. Em termos teóricos, a mudança do estudo, na arqueologia histórica, do “nós” (WASPs) para o estudo de sociedades com documentos escritos não pode ser dissociada da contribuição latino-americana, mesmo que esta não tenha sido a única responsável por esse movimento, já que europeus e africanos, em particular, também se associaram a essa abordagem inovadora. Qualquer que tenha sido o caso, a América Latina, no que toca à arqueologia histórica, não pode ser descrita como uma contribuinte de simples matéria-prima, ela contribui com a formulação da epistemologia da própria disciplina. Este dado não deve ser menosprezado, já que a arqueologia histórica é, hoje em dia, uma nova empreitada na América Latina, e é, provavelmente, sua introdução recente que explica algumas de suas estranhas características e o seu papel em um panorama arqueológico mais amplo.

AGRADECIMENTOS

Devemos agradecimentos a Siân Jones, Charles Orser, Andrés Zarankin. Devemos também mencionar o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), ambos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq). Somos os únicos responsáveis pelas idéias expressas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNARI, P. P. A., JONES, S. & HALL, M., 1999. Introduction: archaeology in history.
In FUNARI, P. P. A., JONES, S. & HALL, M. (eds), *Historical Archaeology. Back from the edge*, Londres, Routledge, 1-20.
- FUNARI, P. P. A., ZARANKIN, A., STOVEL, Emily (eds), 2005. *Global Archaeological Theory. Contextual voices and contemporary thoughts*, Nova Iorque, Springer.